



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

27/09/2014

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1
1.2. CURSOS.....	2
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. DECISÕES.....	3
2.2. DESEMBARGADOR.....	4
2.3. PROJETO RECONHECER É AMAR.....	5
2.4. VARA CRIMINAL.....	6
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	7
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. COMARCAS.....	8
4.2. JUÍZES.....	9 - 10
4.3. PROJETO CASA DA CRIANÇA.....	11
4.4. PROJETO RECONHECER É AMAR.....	12 - 13
4.5. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	14

TJ inaugura nova sede do Núcleo de Prática Jurídica de São Luís

Núcleo está instalado na Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), no Renascença

A direção da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) – em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão – entregou na noite de ontem a sede do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), localizada na esquina das avenidas Colares Moreira e do Vale (ao lado do ginásio de esportes da instituição). No recém-inaugurado espaço, também funcionará, de forma conjunta e até a primeira quinzena do próximo mês – o sexto Centro de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Estiveram presentes à solenidade docentes, juízes, promotores e desembargadores da Justiça Estadual, além da fundadora da Escola Dom Bosco, Maria Izabel Pereira Rodrigues. A sede do NPJ – que funcionará à comunidade estudantil como uma extensão do curso de Direito da UNDB - terá 11 gabinetes de atendimento, três salas de conciliação, além de ambientes de estudo individual. O NPJ oferecerá apoio jurídico gratuito à população de baixa renda, assessoria jurídica a pequenas empresas, ONGs e associações com sede em São Luís e Zona Metropolitana, além de promover a

mediação de conflitos.

Durante a inauguração do espaço, a diretora-acadêmica da UNDB, Ceres Murad, enfatizou a importância do Núcleo para o aprendizado dos alunos. “Esta será uma forma de, além de estimular os alunos próximos da conclusão do curso, ajudar a sociedade como um todo, já que a prioridade será o atendimento ao público de baixa renda”, destacou.

O diretor do Curso de Direito da UNDB, Ney Bello, fez referência ao trabalho realizado pela instituição privada de Ensino Superior de formação de profissionais especializados na proteção da lei e suas doutrinas.

“Desde 2003, quando o curso de Direito da UNDB foi aberto, trabalhamos com afinco na formação de diversas pessoas que ajudam na consolidação da garantia às legislações e cumprimento da Constituição Brasileira”, disse o diretor.

Por fim, o coordenador do NPJ, Roberto de Oliveira Almeida, fez menção ao trabalho já executado na UNDB de estimular os estudantes de Direito a adotarem as práticas de mediação de conflitos. “É um trabalho que já existe e realizado pela instituição e que a partir de hoje [ontem], com a entrega desta sede do Núcleo, teremos condições de promover atividades ainda mais produtivas, auxiliando a Justiça”, destacou.



Ceres Murad, Maria Rodrigues e Ney Belo no ato de inauguração

NA PRÓXIMA segunda-feira terá início o curso de Libras oferecido pela Escola Superior da Magistratura, voltado para servidores do Judiciário interessados a atender a comunidade com deficiência auditiva que busca os serviços da Justiça.

E MAIS: a capacitação permitirá aos participantes conhecerem a forma de comunicar desta parcela da população, contribuindo para uma prestação de serviços efetiva e conectada às diferenças e particularidades dos jurisdicionados.

HABEAS CORPUS NEGADO

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Raimundo Melo, indeferiu pedido de liminar em habeas corpus impetrado em favor do ex-prefeito de São Luís, João Castelo. O ex-prefeito responde a ação penal por suposta prática de crime de improbidade administrativa, sob a acusação de ter deixado de efetuar, de forma deliberada, o pagamento dos servidores públicos municipais relativo ao mês de dezembro de 2012. Castelo requereu a liminar para suspender a decisão do Juízo de 1º grau, que indeferiu pedido de realização de diligências consideradas imprescindíveis para a comprovação da impossibilidade financeira do Município de São Luís em honrar com tais obrigações, bem como suspender o andamento da ação penal até o julgamento do mérito.

MANHÃ DE AUTÓGRAFOS

Lourival Serejo apresenta Novos Diálogos do Direito da Família



Magistrados maranhenses prestigiaram o evento

Em manhã de autógrafos, que reuniu magistrados, amigos, leitores e familiares, na Livraria do Advogado (Fórum de São Luís), o desembargador, Lourival Serejo (TJMA) apresentou, nesta sexta-feira (26), "Novos diálogos do Direito da Família" - sua mais recente obra.

No livro, Serejo analisa de forma crítica o concubinato, direito dos avós, parentesco socioafetivo, alimentos, investigação de paternidade, refletindo sobre a evolução da sociedade, os sentimentos humanos, a alteridade e a nova face das relações familiares.

A publicação traz a íntegra de acórdão lavrado pelo magistrado, em decisão inédita da Justiça do Maranhão, reconhecendo como união estável um relacionamento paralelo ao casamento, com repercussão em todo o país. Na última parte da obra, estão crônicas publicadas pelo autor que refletem as atualidades e o cotidiano a respeito das famílias, em variadas modalidades, e até mesmo no campo literário.

"Além de divulgar o Direito de Família, quero avaliar os desafios que nós, como julgadores, enfrentamos diante das inovações que essa área do direito nos apresenta. É uma resposta aos anseios da sociedade sobre um tema que evolui cada vez mais", descreveu Serejo, que

também é membro da Academia Maranhense de Letras e do (IB-DFAM/MA).

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, prestigiou o colega e disse que o livro faz uma compilação de elementos esclarecedores sobre Direito de Família. "É um livro realmente enriquecedor. Nele, doutrina, direito de família concreto e crônicas da família contemporânea se interrelacionam com clareza", avaliou.

Para o desembargador Cleones Cunha, o sucesso da produção literária de Lourival Serejo é explicado por ser o autor "um homem de família exemplar". "Dessa harmonia familiar é gerada toda a atividade, tanto judicial, como literária dele", comparou.

Também estavam presentes na manhã de autógrafos, os desembargadores Nelma Sarney (corregedora-geral da Justiça), Kléber Carvalho, além de advogados, assessores e servidores do Judiciário.

Lourival Serejo é autor de: "Contribuições ao estudo do Direito"; "Direito Constitucional da Família"; "Provas ilícitas no Direito de Família"; "A família partida ao meio"; "Formação do Juiz: anotações de uma experiência" e "Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional".

- EXAME DE DNA

Um aposentado de 79 anos veio do interior do Maranhão para participar de uma audiência de reconhecimento de paternidade com um suposto filho de 25 anos. A sessão aconteceu na manhã desta sexta-feira (26) na 2ª Vara da Família de São Luís, como parte do Programa Reconhecer é Amar, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão. Alegando ter dúvidas sobre a paternidade, o suposto pai quis se submeter ao exame de DNA, realizado logo após a audiência, no Laboratório de Biologia Molecular do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). O teste foi gratuito e o resultado sai em até 30 dias. Se for positivo, o aposentado terá que fazer o reconhecimento.

• MANDADO DE PRISÃO

Investigadores do Departamento de Narcóticos (Denarc) deram cumprimento, nesta quinta-feira (25), a um mandado de prisão de Janilson Costa Froz, o Rato, 39 anos. Ele foi detido em uma via pública, no bairro Vila Brasil, em São Luís. A ordem judicial foi expedida pelo juiz Itaercio da Silva, da 1ª Vara de Entorpecentes de São Luís e diz respeito ao crime de tráfico de drogas. Segundo o titular do Denarc, Cláudio Mendes, no início do ano passado, policiais civis apreenderam um quilo de cocaína, em uma residência ao lado da casa da mãe de Janilson, na Vila Brasil. Na época, o traficante fugiu. Janilson Costa Froz foi encaminhado à sede do Denarc, onde prestou esclarecimentos e foi encaminhado para o Centro de Triagem de Pedrinhas.

TJMA

Inaugurado sexto Centro de Conciliação em São Luís

Com uma solenidade que reuniu docentes, discentes, juizes, promotores, desembargadores e outras autoridades ligadas ao Poder Judiciário, o Curso de Direito da UNDB inaugurou na noite de ontem, a nova e ampla sede do seu Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), na esquina da Av. Colares Moreira com a Av. do Vale, ao lado do Ginásio de Esportes da instituição.

Este será também o endereço da nova sede do 6º Centro de Conciliação do Tribunal de Justiça do MA, que promoverá conciliações de conflitos judiciais, prestando um importante auxílio à celeridade da Justiça.

“O Núcleo de Prática Jurídica da UNDB oferece apoio jurídico gratuito à população de baixa renda, assessoria jurídica a pequenas empresas, ONG's e associações com sede em São Luís e Zona Metropolitana, e mediação de conflitos, sob a coordenação do Professor Roberto Oliveira. Trata-se do local que funciona como o coração do curso de direito

da Instituição, onde formamos alunos em sintonia com a teoria e a prática do Direito, além de um espaço para a promoção da extensão acadêmica”, declarou a Profa. Dra. Ceres Murad, Diretora Acadêmica.

A conciliação

OTJ visa ampliar o atendimento jurisdicional à população e incentivar a solução rápida de conflitos, evitando processos judiciais. Após um curso de preparação ministrado pela Escola Superior da Magistratura do MA (Esmam), alunos do Curso de Direito da instituição sob a supervisão de professores, estão aptos a atuar como conciliadores, ajudando diretamente na solução de problemas da comunidade, que poderá resolver conflitos com ação em trâmite ou sem ação judicial. Havendo sucesso na conciliação entre as partes, os acordos firmados são submetidos a um juiz, que os homologará, dando força de sentença aos mesmos e encerrado o conflito.

- O Fórum da Comarca de Santa Helena não terá expediente na próxima terça-feira, dia 30. O motivo da suspensão é o feriado em alusão ao aniversário de fundação do Município.

- A suspensão é objeto de portaria elaborada pelo juiz titular da Vara Única da comarca, Antônio Agenor Gomes, e acompanha a suspensão de expediente nas repartições públicas municipais.

REPRODUÇÃO/TV MIRANTE



Alguns manifestantes estão amarrados aos trilhos da ferrovia

Quilombolas mantêm ocupação da Ferrovia Carajás e trens da Vale seguem parados

Aproximadamente 300 quilombolas da área de Monge Belo, situada no município de Itapecuru Mirim (a 120 km de São Luís), estão ocupando a Estrada de Ferro Cara-

jás desde a última terça-feira (23), com o objetivo de pedir a posse definitiva de suas terras. O bloqueio é no Km 80 da ferrovia, entre Itapecuru e Santa Rita. **PÁGINA 6 [C1]**

Quilombolas mantêm ocupação da Ferrovia Carajás e trens da Vale seguem parados

REPRODUÇÃO / TV MIRANTE

Aproximadamente 300 quilombolas da área de Monge Belo, situada no município de Itapecuru Mirim (a 120 km de São Luís), estão ocupando a Estrada de Ferro Carajás desde a última terça-feira (23), com o objetivo de pedir a posse definitiva de suas terras. O bloqueio é no Km 80 da ferrovia, entre Itapecuru e Santa Rita. Por conta da manifestação, as operações de trens de carga e passageiros estão paradas no local.

De acordo com os manifestantes – alguns deles, amarrados aos trilhos –, o governo federal não titula áreas no estado há mais de dois anos. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), três áreas serão entregues aos remanescentes de quilombos até o fim deste ano.

Para o quilombola Givanildo Santos, que participa do protesto, a oferta do Incra não é nada favorável a eles, e por conta disso a permanência dos manifestantes no local é por tempo indeterminado. “Nós não vamos sair daqui enquanto não vier uma resposta do governo federal”.

Nove quilombolas iniciaram uma greve de fome. Uma mulher passou mal e teve de ser hospitalizada em Santa Rita.

A mineradora Vale entrou na



ALGUNS MANIFESTANTES estão amarrados aos trilhos da ferrovia

Justiça com o pedido de reintegração de posse. A juíza estadual Edeuly Maia Silva acatou o pedido e, na quinta-feira (25), um oficial de Justiça foi até o local intimar os líderes quilombolas. Os manifestantes não aceitaram a decisão judicial porque, segundo eles, o caso é de com-

petência da Justiça Federal.

Em nota, a Vale informou que o processo de licenciamento do projeto de expansão da Estrada de Ferro Carajás segue rigorosamente as normas do órgão ambiental previstas neste tipo de empreendimento.

Já o Incra afirmou que o pro-

cesso de regularização do território quilombola Monge Belo, situado no município de Itapecuru Mirim, segue o seu devido curso processual e o seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) já está publicado desde 2010. (Redação do JP, com portais)

Campanha

Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lançou a campanha "Aconchegue uma Criança", com o objetivo de arrecadar donativo para e meninas e meninos assistidos pela "Casa da Criança Menino Jesus". O material será utilizado na assistência às crianças com idade de zero a 3 anos, que estão sob a guarda da Justiça. As doações podem ser entregues durante todo o mês de outubro no Cerimonial da presidência do Tribunal de Justiça (Palácio da Justiça, s/nº.Praça Pedro II. Centro.), de segunda a sexta-feira, em horário comercial.

Pais fazem exame de DNA para reconhecimento de paternidade

Um aposentado de 79 anos veio do interior do Maranhão para participar de uma audiência de reconhecimento de paternidade com um suposto filho de 25 anos. A sessão aconteceu na manhã desta sexta-feira (26) na 2ª Vara da Família de São Luís, como parte do Programa Reconhecer é Amar, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

Alegando ter dúvidas sobre a paternidade, o suposto pai quis se submeter ao exame de DNA,

o posto do Reconhecer é Amar e indicar a paternidade.

Nesta sexta-feira (26), o suposto pai, mãe e filho compareceram à 2ª Vara da Família para a audiência e, como não houve o reconhecimento voluntário, submeteram-se ao exame de DNA. Com um largo sorriso, o menino contou estar feliz por encontrar pela primeira vez com aquele que pode ser seu pai. "Todos os meus amigos da escola tem pai; eu também que-



LUCAS NETO presidiu as audiências do Programa Reconhecer é Amar

realizado logo após a audiência, no Laboratório de Biologia Molecular do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). O teste foi gratuito e o resultado sai em até 30 dias. Se for positivo, o aposentado terá que fazer o reconhecimento.

“Tive um relacionamento com a mãe dele há muitos anos e não tenho certeza dessa paternidade, por isso pedi o exame de DNA. Se realmente ele for meu filho, vou assumir minha responsabilidade”, disse o aposentado que é casado e tem outros três filhos. O idoso conta que o rapaz chegou a procurá-lo outras vezes, mas o aposentando nunca manifestou o interesse em reconhecer a paternidade.

Um pedido de criança— Após várias conversas com o suposto pai de seu filho para que ele fizesse o reconhecimento voluntário da paternidade, uma vendedora, a pedido de seu filho de apenas 9 anos, decidiu procurar

ro ter o meu”, disse com muita esperança.

A mãe do garoto soube do projeto por meio de uma reportagem de televisão. “Como meu filho passou a me cobrar que queria conhecer o pai dele, resolvi pedir o reconhecimento da paternidade na Justiça”, contou a vendedora.

Avaliação— O juiz titular da 2ª Vara da Família, Lucas da Costa Ribeiro Neto avaliou como positiva a realização de mais um mutirão e disse que o reconhecimento da paternidade é um ato de amor e a integração da família. “Os filhos precisam ter referência dos pais, dos seus avós paternos”, afirmou.

O magistrado também destacou a importância social do “Reconhecer é Amar!”, criado em julho de 2012 e que já realizou 325 indicações e 445 reconhecimentos de paternidade até agosto deste ano. Das 14 audiências agendadas para o mutirão desta sexta-feira (26), apenas uma

não ocorreu porque o suposto pai mora em outro estado e não compareceu à audiência. Em todos os outros casos, os pais pediriam o exame de DNA.

A promotora de justiça Sarah Albuquerque, que realizou as audiências desta sexta-feira (26), junto com o juiz Lucas da Costa Ribeiro Neto, afirmou que o projeto Reconhecer é Amar garante o direito de toda pessoa de ter em sua certidão de nascimento o nome do pai.

Ela explicou que nessas audiências o juiz e o representante do Ministério Público propõem não só o reconhecimento da paternidade, mas também o acordo de alimentos, que começa a ter efeito logo após o resultado do exame de DNA, caso o teste seja positivo. A promotora ainda esclareceu que não havendo acordo, a mãe pode buscar a Defensoria Pública para ingressar com uma ação de alimentos, para que o pai pague a pensão alimentícia ao filho.

Como fazer — O “Reconhecer é Amar!” é um programa realizado de forma permanente em São Luís e nas comarcas do interior do Estado. Na capital, para fazer o reconhecimento ou indicar a paternidade, os interessados devem procurar o posto do projeto, no 5º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, onde o pai preencherá o Termo de Reconhecimento de Paternidade. Nos casos em que a indicação for feita pela mãe, esta deverá apresentar a documentação do filho e a indicação do suposto pai da criança. Os filhos maiores de 18 anos também podem indicar sua paternidade.

A partir do preenchimento do Termo de Indicação de Paternidade, com todas as informações necessárias, é marcada uma nova data para que o pai compareça à Vara da Família, onde fará o reconhecimento, que pode ser voluntário, caso tenha certeza, ou por meio do exame de DNA, se houver dúvidas.

Órgãos estaduais farão pré-inscrição em Dívida Ativa não tributária

A unidade de tecnologia da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) desenvolveu e disponibiliza a partir de terça-feira (30), no portal do órgão na internet (www.sefaz.ma.gov.br) o sistema de gerenciamento da dívida ativa não tributária, para os diversos órgãos dos três poderes da administração pública estadual. Para acessar ao sistema, os órgãos deverão solicitar permissão à Sefaz informando nome, e-mail, CPF, cargo, matrícula e telefone dos usuários.

O sistema, que será acessado pela central de autoatendimento SEFANET, permite a gestão coordenada da dívida ativa não tributária entre a Sefaz e os órgãos estaduais responsáveis pelo lançamento dos valores em débito. Um manual para orientar a utilização dos usuários já está disponível no portal www.sefaz.ma.gov.br.

De acordo com o secretário de Estado da Fazenda, Akio Valente, o sistema proporciona aos usuários dos órgãos estaduais a emissão, consulta, alteração e cancelamento de pré-inscrição em dívida

ativa, além de solicitação de quitação e inclusão do contribuinte no extra cadastro. No mesmo sistema a Sefaz emitirá a Certidão de Dívida Ativa não tributária e as demais funcionalidades de alteração, quitação e cancelamento das certidões. A Sefaz já havia apresentado o sistema de gestão da dívida ativa não tributária aos órgãos estaduais em junho passado e fez treinamento para os usuários.

A Dívida Ativa da Fazenda Pública é o conjunto de créditos líquidos e certos, tributários ou não, a favor do governo estadual. A Sefaz já possui um sistema de gestão da dívida tributária que é compartilhado com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), que promove a execução fiscal dos débitos.

Este novo sistema auxiliará na gestão da dívida não tributária, em geral multas por infrações emitidas pelo Procon; Vigilância Sanitária; Secretarias de Estado do Meio Ambiente (Sema), de Infraestrutura (Sinfra) e de Desenvolvimento Social (Sedes); Tribunal de Contas do Estado (TCE), Aged, Poder Judiciário, entre outros órgãos.